

**Andresa Cristina Oliver Barbosa**

Mestranda em História pela PUC-SP.  
Diretora do Núcleo de Ação Educativa do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

**Haike Roselane Kleber da Silva**

Doutora em História pela UFRGS. Diretora do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

# Difusão em Arquivos

## Definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo

Neste texto, analisamos algumas políticas de difusão empreendidas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) tomando como recorte dois conjuntos de atividades que estão conceitual e estruturalmente ligados à difusão em arquivos: a ação editorial e a ação educativa. Compreende a análise uma breve incursão histórica por arquivos públicos brasileiros e suas políticas editoriais, a produção editorial nos diferentes momentos vividos pela instituição paulista, chegando aos dias de hoje e ao trabalho que vem sendo então desenvolvido. No que tange às ações educativas,

propomos considerar aspectos de sua trajetória e os pressupostos e projetos que guiam esse trabalho na atualidade. Antes disso, no entanto, nos parece necessário explicar o que entendemos como difusão em arquivos.

Segundo Bellotto (2007, p. 227), as funções principais dos arquivos permanentes são o recolhimento, a custódia, a preservação e a organização de documentos gerados pelo governo, de forma que sejam úteis à administração, aos cidadãos e à historiografia. A difusão editorial, cultural e educativa ficaria em segundo lugar, ou “para além” das competências precípua;

serviria para dar à instituição “contornos sociais”, o que viria a reforçar e manter os principais objetivos de um arquivo permanente: “atender às necessidades da administração a que servem”.

Entendemos que a difusão deve ser colocada entre as prioridades, uma vez que é através dela que a sociedade conhece o patrimônio documental. Não tratamos aqui apenas da questão de prover o acesso aos documentos para aqueles que os buscam. Essa discussão já está bastante amadurecida e relativamente resolvida, sobretudo com a lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Falamos da divulgação, difusão, comunicação e vulgarização dos acervos independentemente da vontade do consultante ou curiosidade do pesquisador. É por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes, antecipando ao público a riqueza documental de um arquivo. Sua importância está em chamar a atenção para o que está guardado; em um arquivo público, em dar publicidade ao que já é público, mas que muitos não conhecem; em construir, através do conhecimento desse patrimônio, a noção do seu valor. Com atribuições de tamanha importância, acreditamos que a difusão é apenas uma dentre as ações que devem ser colocadas em primeiro plano nas políticas institucionais dos arquivos, como parte de uma relação de interdependência entre recolhimento, custódia, preservação e gestão documental.

Fazem parte das ações de difusão a publicação de livros, periódicos e conteúdo de internet, os quais estão ligados ao acervo

e à memória que ele preserva; a estruturação de exposições, a programação de palestras e cursos; a condução de visitas monitoradas na instituição; o atendimento a grupos de alunos; a preparação de materiais didáticos; o oferecimento de oficinas pedagógicas com documentos de arquivo, entre outras. Todas essas ações visam atingir o usuário final da informação, seja o aluno, o professor, o pesquisador, o cidadão em geral. Sua função é a de mostrar o potencial do acervo; transformar o documento bruto em pesquisa; incitar a investigação; sugerir interpretações das fontes; produzir leituras da história; dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo, as atividades de difusão são desenvolvidas, desde 2009, no âmbito do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa, hierarquicamente ligado ao Departamento de Preservação e Difusão de Acervo.<sup>1</sup> Nesse Centro são desenvolvidas as estratégias de promoção do acesso aos documentos, seja aos que já conhecem as potencialidades do acervo, seja aos que nunca entraram num arquivo. Fazem parte dele os Núcleos de Atendimento e Assistência ao Pesquisador, responsáveis por prover o acesso aos documentos no salão de consultas, além de orientar os neófitos nos procedimentos da pesquisa documental; o Núcleo de Ação Educativa, responsável pelo desenvolvimento de atividades que aproximem o Arquivo de instituições educacionais e do público em geral; o Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca, que embora seja um setor

que se responsabilize pelo tratamento de um acervo específico, constitui-se conceitualmente dentro de um arquivo como um setor de apoio – seu acervo complementa, enriquece e dialoga com a documentação de origem pública. No caso em questão, a riqueza das coleções de jornais e revistas transforma esse acervo de apoio no mais pesquisado na instituição. No rol das atividades de difusão desse Centro, encontra-se a produção editorial, mais voltada hoje para a mídia digital, com a produção de conteúdo para a internet. No entanto, a pretensão de continuar a atividade editorial impressa – iniciada na instituição em 1894 – ainda persiste.

Por meio do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa é que a instituição viabiliza o desenvolvimento de ações e produtos que contribuem para a democratização de seu acervo. Como ação ampla, permite e exige a integração de diferentes conhecimentos, de diferentes áreas, de diferentes profissionais. Envolve pesquisa, comunicação, ação pedagógica e uso da tecnologia, o que justifica o envolvimento não apenas de historiadores e arquivistas (os profissionais típicos dos arquivos permanentes), mas de jornalistas, publicitários, designers, professores, revisores.

#### A DIFUSÃO NA FORMA IMPRESSA

A atividade editorial nos arquivos, sobretudo nos públicos, não é nova – nem no Brasil, nem no exterior. Cumpriu, em diferentes momentos, diversas funções: edificação da história pátria, preservação documental,

instrumentalização da pesquisa, acesso democratizado às fontes. Na sua origem, representou um papel que era às vezes disputado, às vezes compartilhado, como os institutos históricos, como podemos constatar na análise a seguir.

#### **Edificar a memória do Estado e da nação**

Os primeiros arquivos públicos no Brasil se constituíram no século XIX, ligados, principalmente, ao papel de sustentação legal do Estado, na medida em que depositavam as provas fidedignas de sua atuação. Esse foi o caso do maior arquivo do país, o Arquivo Nacional, criado em 1838, num momento de construção da nação e de consolidação do regime monárquico. Nascia para servir ao Estado, e não ao cidadão. Buscava, no entanto, contribuir, através da preservação documental, para a edificação da história nacional, uma vez que detinha “as provas” necessárias para a construção de uma historiografia científica, seguindo os cânones da concepção de história da época.

No entanto, a tarefa de preservação da memória nacional seria executada com maior eficiência na época por outra instituição, nascida no mesmo ano, porém com maior influência política: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado no Rio de Janeiro “debaixo da imediata proteção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II” (Revista do Instituto..., 1856, p. 6). Como aponta Célia Costa (2000), o Arquivo Nacional “seria uma instituição voltada para dentro do próprio Estado, enquanto o IHGB

teria como tarefa externalizar a nação, na medida em que construía sua singularidade histórica”. Numa outra divisão de tarefas, pode-se dizer que “o IHGB seria responsável pelos aspectos culturais da formação da nacionalidade, enquanto ao Arquivo caberiam os aspectos normativos da manutenção da unidade política e administrativa do Estado”.

O Arquivo Nacional dedicou-se à atividade editorial a partir de 1886 e publicou, desde esse período até agora, mais de 150 títulos. Mostrava assim não apenas sua capacidade de armazenagem da memória, mas a preocupação em “estreitar os laços de unidade nacional” (Bezerra, 1938). Ou seja, procurava ser mais do que o guardião da memória do Estado, produzindo sua versão do passado da nação.

Mas a produção do IHGB, nesse sentido, era de maior monta (mais de 350 volumes de sua revista foram publicados até hoje) e, como explicitado por Callari (2001) e Costa (2000), mais valorizada até com investimento estatal, garantindo ao IHGB a primazia – ao menos durante boa parte de sua história – da tarefa de sistematização de estudos e vulgarização de documentos considerados importantes para a história nacional.

Casos regionais mostram uma situação diferenciada. Em Minas Gerais, a relação de dependência parecia se inverter. O Arquivo Público Mineiro, criado em 1895, lançou sua revista em 1896 – a qual é produzida até hoje – e nela abriu espaço para o IHGMG publicar suas pesquisas até

que este tivesse revista própria (Callari, 2001, p. 61). A razão para publicar uma revista era principalmente a vulgarização do acervo do Arquivo, uma vez que, sem ela, o conhecimento das riquezas documentais da memória mineira ficariam relegadas a “um limitadíssimo círculo de pesquisadores pacientes” (Veiga, 1896, p. VI). As duas instituições assumiam, assim, a tarefa de construir a ideia de nação, sua história e identidade. Por seu caráter regional, buscavam também “realçar os aspectos da história local, salientando a importância da região na composição da história nacional”.

Se considerarmos a edição de obras dentro do âmbito do conhecimento histórico como representativa da preservação da memória nacional e da construção da história pátria, a relação entre o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) foi, por muito tempo, relativamente paritária. Criado oficialmente em 1842 e efetivamente implantado em 1891, o Arquivo já inicia a atividade editorial em 1894, ano de fundação do IHGSP. As duas instituições disputam, por um grande período, o espaço de preservação da memória paulista, fato constatado a partir da produção editorial dessas entidades no decorrer do século XX (foram publicados, de 1895 a 1999, 98 volumes da revista do IHGSP). De fato, o IHGSP, assim como as entidades congêneres de outros estados, tomava para si a tarefa de edificação da história regional e, sobretudo, de mostrar a importância da província paulista na

composição nacional. É o que deixa claro seu diretor ao expressar que “a história de S. Paulo é a própria história do Brasil” (Mensagem ao leitor..., 1913).

A preocupação com a difusão da memória regional por meio das publicações pode ser constatada também nos estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco. Ao lançar o primeiro número de sua revista em 1920 (em observância a uma determinação regulamentar de 1913), o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul pretendia divulgar “memórias históricas”, traduzidas em “documentos não reservados relativos à história e geografia do Rio Grande do Sul”, assim como catálogos das diferentes seções do Arquivo. A *Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, lançada em 1946, explicitava sua finalidade de “divulgação dos textos inéditos e a difusão de assuntos históricos e afins”, mantendo-se essencialmente científica e “alheia a conflitos partidários e ódios pessoais”. Por meio da publicação de documentos transcritos e trabalhos críticos sobre a história nacional e pernambucana, a direção do Arquivo buscava “criar um ambiente onde as ideias de história possam ser discutidas sem com isso provocar inimizades pessoais”. O texto é assinado pelo diretor Jordão Emerenciano, evidenciando a intenção de que a revista do Arquivo servisse de espaço para o entendimento, sem “cair na vaidade de monopolizar a verdade histórica nem erigir-se em máxima autoridade de história pernambucana” (Emerenciano, 1946, p. II). Não deixa, também, de explicitar a noção de “história como mestra da vida”

e de acreditar na contribuição moral que a política de publicações do Arquivo vinha a dar para a sociedade pernambucana.

Enfim, as casas públicas nascidas para guardar a memória do Estado e da nação competiram – às vezes mais, às vezes menos – com instituições de foro privado, que arvoravam o direito e a competência de atuar sobre a memória nacional. A relação entre elas foi ora de colaboracionismo, ora de concorrência, ambas contribuindo, entretanto, para a preservação e difusão documental por meio de publicações. Longe de denominarem-se editoras, essas instituições – arquivos e institutos históricos – promoviam a produção de livros, sobretudo de periódicos, a partir de critérios de escolha peculiares aos valores historiográficos da época, mas também com uma aguçada percepção de preservação material da informação. É sobre isso que passamos a refletir.

### **Publicar para preservar**

É bastante claro para os arquivos que hoje assumem atividades editoriais que essas se encontram no âmbito da difusão, uma vez que visam à disseminação do conhecimento, seja aquele refletido – no caso dos trabalhos historiográficos –, seja o instrumental – quando se trata de publicação de instrumentos de pesquisa –, sejam as próprias fontes documentais.

Tomando de forma mais restrita a concepção de preservação documental, observamos, pelas experiências editoriais dos arquivos, que publicar livros e periódicos

não apenas compunha a parte principal de uma política de difusão, mas também uma ação do âmbito da prevenção, da sobrevivência da informação contida em tão frágil suporte físico como o papel. Essa preocupação é encontrada na fala de diversos diretores de arquivos pelo Brasil afora, como bem mostra o diretor do Arquivo Público de São Paulo:

Entendia Toledo Piza que o valioso material do arquivo não devia permanecer segregado dos estudiosos, e que a sua publicação convinha fazer-se com a maior brevidade possível, por se encontrarem muitíssimos dos mais preciosos documentos em estado precário, muitos deles deteriorados pela ação deletéria da umidade, que empastava maços de tal forma que tornava quase que impossível separarem-se as folhas sem totalmente inutilizá-las (Amaral, 1974, p. 57).

A mesma explicação é dada anos mais tarde, ao ser iniciada a coleção *Inventários e Testamentos*: “para salvar tais documentos para a humanidade, da traça que os vão inutilizando, o governo do Estado resolveu publicá-los pondo-os per essa forma de alcance dos estudiosos de nossa história” (*Repartição de Estatística...*, 1920). Da mesma forma se expressam os representantes de outros arquivos públicos, em diferentes momentos. Ao dirigir-se aos “leitores” dos *Anais do Arquivo Público da Bahia*, seu diretor justifica a necessidade de publicação dos documentos existentes naquela instituição, “muitos dos quais reclamavam de há muito tempo o maior

zelo e o maior carinho”, além do que “os beneficiava e salvava da completa destruição” (*Anais...*, 1917).

É compreensível a percepção da perda irreversível que o tempo causa nos materiais arquivísticos, num momento em que o conceito de conservação e a propagação de noções e procedimentos a esse respeito ainda nem estavam em gestação.<sup>2</sup> Nessa conjuntura, passar para material impresso – livros ou periódicos – era uma solução viável, se não a única, para garantir a manutenção das informações em sua integridade formal, promovendo a preservação da memória às novas gerações.

Outra evidência dessa política de preservação através da publicação pode ser percebida no elevado número de obras publicadas entre 1894 e 1940 pelo APESP, tratando-se exclusivamente de transcrição de fontes documentais.

É de se admirar também a visão de prioridade das ações editoriais durante longo período, raramente cessadas em momentos de crise. Em 1953, por exemplo, sucessivas mudanças de prédio tornavam a estrutura do Arquivo de São Paulo precária, mas nem por isso impossibilitavam a publicação de, ao menos, dois exemplares da tradicional coleção *Documentos Interessantes*, três exemplares de *Inventários e Testamentos*, três *Boletins* e outros impressos menores.

Com a evolução das técnicas de conservação de acervos, não mais se justifica a publicação de fontes transcritas como

forma de preservação dos documentos de arquivo. Para isso, além do cuidado com as condições de armazenagem do suporte original do documento, técnicas de reprodução em microfílm garantem – e o farão por muito tempo – a sobrevivência da informação. Aliadas ao desenvolvimento da tecnologia digital e por ela reforçadas, essas técnicas garantem não só o aumento da sobrevivência dos documentos, mas também a vulgarização, o maior acesso às fontes documentais, função também desempenhada anteriormente pelas publicações impressas dos arquivos brasileiros. No entanto, essas instituições continuam suas atividades editoriais, umas mantendo o mesmo ritmo, outras de forma mais acanhada, algumas iniciando há pouco esta linha de ação.

Um levantamento parcial realizado por nós em 2009, do qual participaram dez arquivos estaduais,<sup>5</sup> revelou que, nas instituições arquivísticas, a atividade editorial é algo desejável, mas não prioritário. Entende-se sua importância como instrumento de divulgação institucional, de difusão da informação e como facilitador da pesquisa, mas sua concretização está longe de ser colocada em primeiro plano.

Geraldo Mártires Coelho, ex-diretor do Arquivo Público do Pará, fundamentado no que chamou de “moderna arquivologia”, afirmou há poucos anos que a função dos arquivos “não é, necessariamente, apenas a guarda do documento, mas sobretudo a revelação de sua existência. Dar visibilidade às fontes significa abrir caminhos

à ampliação e à renovação dos estudos históricos” (Anais..., 2001). Se essa função é materializada em forma de livro, estes paradigmas permitem colocar a atividade editorial em mais alto nível na escala de importância, e assim também entrar nos planos de trabalho e investimento destes órgãos.

### **A ação editorial no APESP**

O Arquivo Público do Estado de São Paulo tem em seu catálogo mais de 350 publicações, entre livros, catálogos e periódicos. Publicou seu primeiro livro em 1894. Era o manuscrito intitulado *A Bernarda de Francisco Ignácio em São Paulo em 23 de maio de 1822*, um resumo histórico dos tumultos ocorridos na capital naquela data. Esse manuscrito foi reeditado no ano seguinte, vindo a constituir o primeiro volume da série Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.

A decisão de publicar documentos surgiu da necessidade de preservação da fonte documental, como já tratado anteriormente, além da vontade de “dar visibilidade às fontes”. No ano do lançamento das primeiras edições do arquivo, foram publicados sete volumes de sua mais famosa série: os Documentos Interessantes. Ela trazia, em sua maior parte, transcrições de documentos do período colonial relativos à *história e costumes de São Paulo*. Na expectativa do diretor da instituição, a “seção (diga-se o Arquivo) poderá publicar um volume por mês durante muitos anos” (Repartição de Estatística..., 1894). Essa grande pretensão não conseguiu se concretizar da

forma planejada. Mesmo assim, o início da atividade editorial pode ser considerado bastante profícuo, tendo sido editadas 51 obras no período ininterrupto de dez anos.

Ao longo de suas atividades, o Arquivo apresentou outros gêneros de publicações além das transcrições de documentos. Em três ocasiões, editou obras registrando sua história. Publicou também obras de apoio e orientação para paleógrafos e leitores interessados na matéria. O tipo de obra publicada variou entre monografias, transcrições de documentos, catálogos, fac-símiles, manuais técnicos e periódicos (revistas e boletins). Cada um desses diferentes produtos editoriais teve preferência em épocas distintas. Nos primeiros cinquenta anos, 90% das publicações constituíam-se de transcrições de documentos, por razões já explicitadas anteriormente (preservação do documento), mas também porque, na historiografia da época, o documento – sobretudo o manuscrito – revestia-se de aura de verdade, o que ampliava a importância de sua divulgação. Devemos ressaltar também a importância dessas publicações como porta de acesso a uma documentação de difícil leitura, que exige exaustivo esforço, “paciência e proficiência que demanda a decifração de papéis antigos, com a tinta apagada, carcomidos de traça, quase inutilizados por centenas de anos de vida” (Arquivo do Estado, 1951).

A partir de 1950, as publicações periódicas entram em cena, e várias versões dos *Boletins do Arquivo* vieram à tona nos anos

que se seguiram. Vemos um crescimento do volume de edições fac-símiles entre os anos de 1980 e início dos 1990, causado pela melhor qualidade de impressão possibilitada com a parceria com grandes editoras. As monografias tiveram maior relevância nos anos de 1980, 1990 e após a virada do milênio. Com o incremento da pesquisa acadêmica e o surgimento de novos programas de pós-graduação em história, obteve-se um aumento do número de trabalhos de boa qualidade produzidos com documentação do Arquivo Público do Estado, razão pela qual a instituição lançou uma coleção específica para dissertações e teses. Também os manuais técnicos tiveram seu *boom* no final dos anos de 1990. As publicações periódicas, com trabalhos da área de arquivística e patrimônio documental (como o *Boletim do Arquivo*) e da área de história (revista *Histórica*, impressa e *on-line*) fizeram sucesso nos últimos dez anos. Há publicações que não se encaixam em nenhum desses modelos, e demonstram um deslize na política editorial. Felizmente, esses casos são poucos e não chegam a descaracterizar o catálogo.

Desde os primórdios até a década de 1970, o Arquivo valia-se de serviço terceirizado para a impressão de suas obras, sendo sua especialidade a transcrição dos manuscritos, utilizando-se de “verba de expediente” para o pagamento dos serviços gráficos. Em fins dos anos de 1970, com a instalação de máquina impressora nas dependências do Arquivo, sua atividade editorial foi ampliada, mantendo-se até 1993, ano em que o parque gráfico foi

desmontado e encaminhado para o Liceu de Artes e Ofícios (Pereira, 2009).

Ao lado dessas publicações, de caráter semiartesanal, o Arquivo do Estado iniciou, já na década de 1980, uma linha de edições fac-símiles de livros e periódicos raros, estabelecendo, para isso, uma parceria com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (Imesp). Com esta parceria, abriu-se espaço também para a edição de monografias.<sup>4</sup>

As publicações do Arquivo eram tradicionalmente distribuídas para arquivos públicos e privados, centros de documentação, institutos históricos, universidades, bibliotecas públicas e pesquisadores da área. O número de exemplares distribuídos por ano chega a assustar, na medida em que essa prática hoje é dificultada pelo alto custo da remessa postal. Os números variam de 982 exemplares em 1977 a 7.316 em 1985.

Podemos identificar a proposição de coleções na história editorial do APESP. Elas podem ser classificadas entre transcrições de documentos, monografias e manuais técnicos. O primeiro tipo é, de longe, o de maior número, e quatro dessas coleções cobrem 38% da produção editorial da casa. A maior e mais conhecida coleção do Arquivo é a dos Documentos Interessantes, também a primeira delas. Possui 95 volumes, dos quais 92 apresentam transcrições de documentos e três (v. 21, 71 e 91) compõem-se de índices dos volumes anteriores.

Em 1920, foi lançada uma nova série intitulada Inventários e Testamentos. O precário estado de conservação desses papéis tornou urgente a necessidade de

resguardá-los em forma gráfica. No ano de sua criação, a série apresentou ao público nove volumes e, no ano seguinte, 1921, mais 18 foram editados. Passada essa fase, a coleção prosseguiu em ritmo mais lento, até atingir seu 47º volume em 1999.

Documentos Interessantes e Inventários e Testamentos resistiram ao tempo e às transformações pelas quais passou a instituição, sedimentando uma tradição do Arquivo Público do Estado de São Paulo de publicar regularmente a transcrição integral de documentos históricos. Outras iniciativas nessa mesma linha foram as coleções de Sesmarias e Registros de Terra.

Mais recentemente, outro tipo de coleção tomou o lugar das tradicionais transcrições de documentos. Uma delas, de bastante sucesso, ocupou-se com a instrumentalização técnica dos profissionais de arquivos. A escassa oferta de manuais técnicos sobre conservação e organização de acervos em língua portuguesa abriu espaço para a elaboração de uma coleção que visava dar noções de “como fazer” avaliação, classificação e descrição de documentos, conservação preventiva em arquivos e bibliotecas, programas de reprodução de documentos, análise diplomática e tipológica dos documentos e como tratar coleções de fotografias. Foram publicados dez volumes dessa coleção.

Inventário DEOPS e Dossiê DEOPS são duas coleções que mesclam produto monográfico de pesquisa com guia de fontes. Ambas são resultado da abertura dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social de São

Paulo e de parcerias com universidades, sobretudo a USP. A coleção Inventários DEOPS é apresentada em módulos, cada um representando um tipo de sujeito perseguido pela polícia política: alemães, japoneses, estudantes, espanhóis, italianos, comunistas, anarquistas e camponeses. Foram publicados 11 volumes entre 1997 e 2003, de autoria de alunos de graduação e pós-graduação orientados pela professora Maria Luiza Tucci Carneiro (USP). Já a coleção Dossiê DEOPS é composta de cinco volumes e tenta “dissecar” a estrutura do departamento responsável pela vigilância e repressão ao crime político, trabalho realizado sob a orientação da professora Maria Aparecida de Aquino (USP).

Estudos monográficos foram publicados no decorrer dos quase 110 anos de história da atividade editorial no arquivo. Só em 1999, no entanto, esse tipo de publicação foi pensado como coleção. Foram publicados seis trabalhos acadêmicos, entre teses e dissertações em história, e o último número é de 2003.

Entre as coleções de livros ainda é necessário ressaltar a Arquivo em Imagens. Dividida em seis volumes, essa coleção procurava divulgar o rico acervo de fotografias do jornal *Última Hora*, adquirido pela instituição. O volume 6 não chegou a ser publicado e até hoje aguarda a oportunidade de sê-lo.

Restam ainda os periódicos, que são basicamente a revista *Arquivo – Boletim Histórico e Informativo*, o *Boletim do Arquivo* e a revista *Histórica*. A primeira fez seu ensaio em 1976 com dois números e

retornou a partir de 1980 com regularidade anual até 1989.

Em 1992, o antigo boletim é ressuscitado com novo nome – apenas *Boletim do Arquivo*. Sua publicação visava apresentar o debate atualizado no campo da arquivologia, discutindo suas especialidades, “da paleografia ao restauro, conservação e historiografia” (*Boletim do Arquivo*, 1992). Nota-se que, em algumas edições, houve escassez de artigos para publicação.

Por fim, a revista *Histórica*. Em 1993, uma publicação em moldes acadêmicos foi lançada, com textos de historiadores de renome no período, apoiada por conselho editorial da mesma envergadura. Em carta enviada por José Roberto de Amaral Lapa, diretor do Centro de Memória da Unicamp, ao diretor do Arquivo, Carlos Guilherme Mota, o remetente avalia o projeto da revista: “examinei a capa, a constituição do Conselho Editorial e o sumário do primeiro número, concluindo pela excelência do projeto e o alcance cultural que com certeza terá a circulação de uma revista com esse nível” (Lapa, 1993). A revista foi publicada em 1993 em sua primeira edição, não havendo outra para contar a história. Uma segunda edição foi planejada, mas não se concretizou em razão da saída de Carlos Guilherme Mota – o “pai” da ideia – da direção do Arquivo.

Uma revista de mesmo nome surge em 2000 com projeto totalmente renovado. Se a primeira havia sido pensada como acadêmica e semestral, esta seria trimestral e viria suprir uma demanda relativamente

nova de conhecimento histórico para um público mais amplo. Foram publicados 15 volumes entre os anos de 2000 e 2003. A revista deixou de ser publicada em razão dos altos custos de produção e difícil distribuição. A partir de 2003, transformou-se em publicação *on-line*, com nova proposta editorial, sendo publicada a cada mês uma edição com três artigos acadêmicos. Dessa forma, a revista sobreviveu até o ano de 2008, quando passou a ser bimestral, com maior número de artigos, forma como se apresenta hoje. Uma reformulação visual e a proposta de formação de um conselho editorial que assuma a tarefa de avaliar os artigos estão em curso e devem ser implementadas em breve.

Depois de quatro anos de acanhada produção, mantendo apenas a revista *on-line*, a atividade editorial do Arquivo é retomada, publicando dez obras de 2008 até hoje, destacando-se *A luta pela anistia*, que conquistou o 2º lugar no Prêmio Jabuti 2010 na categoria Ciências Humanas; *Histórias do futebol*, primeiro volume de uma coleção de cunho paradidático; e *Os cortiços de Sta. Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*, obra que se alinha perfeitamente à política editorial do Arquivo, que é a de buscar a publicação de suas fontes e análises produzidas com base nelas. Parcerias são rearticuladas com Edunesp, Edusp, sobretudo com a Imesp, e passo a passo é retomado um ritmo editorial.

\* \* \*

A publicação de obras impressas acompanha a história, senão de todas, das maiores

instituições arquivísticas do país. As diferentes fases pelas quais os arquivos passaram e, ao mesmo tempo, a evolução e as revoluções historiográficas, dão o tom da trajetória editorial dessas instituições. Dificilmente vista como prioridade, essa atividade, no entanto, aparece sempre no campo, no mínimo, do desejável, sendo entendida como forma de exposição institucional.

No caso específico do APESP, publicar – e assim divulgar e preservar as fontes do passado – foi prioridade durante mais de cem anos, atingindo a produção de quase quatrocentas obras. Algumas reflexões, no entanto, devem ser realizadas para apoiar uma política editorial na atualidade.

Não vemos mais sentido em publicar catálogos ou guias de fontes em material impresso, uma vez que os meios digitais possibilitam uma gama muito maior de possibilidades de pesquisa. A eficiência se dá na variada gama de filtros possíveis, na capacidade de atualização das informações e na ilimitável “distribuição” do material via internet.

A publicação de fontes transcritas ou fac-símiles não deve mais ser pautada pela ideia de ser a única ou a melhor forma de se preservar nem de divulgar esses documentos. Deve-se sim ter em mente a ideia de que esses devem vir acompanhados de análises críticas, mostrando o uso que pode ser feito da fonte, e não apenas oferecê-los de forma despreziosa.

A publicação de monografias deve ser muito bem avaliada, sobretudo no momento atual, em que uma série de programas de pós-graduação em história e ciências afins

se dissemina pelo Brasil afora. O número de trabalhos de um edital para publicação de monografias suplantara em muito as condições estruturais do arquivo. Além disso, é cada vez mais difícil encontrar pareceristas disponíveis para a avaliação dos trabalhos. Exceção deve ser feita aos bons trabalhos da área da arquivologia, campo de produção intelectual mais reduzido cuja demanda por trabalhos sérios e inovadores é grande.

Deve-se retomar a política de distribuição gratuita a instituições culturais e educacionais, assim como aos arquivos públicos espalhados pelo país. Acreditamos que a meta principal seja a difusão do trabalho e das potencialidades do arquivo, o que deve ser realizado de forma induzida através da doação. Os problemas contidos nessa modalidade devem ser sanados a partir de orçamento prévio do envio das obras.

Enfim, deve-se ter a atividade editorial como uma forma de divulgação e projeção institucional. Publicar deve ser visto como “atividade-fim” dos arquivos públicos, e não como ação de segunda categoria. Além do recolhimento, custódia, preservação e organização de documentos gerados pelo governo, o arquivo deve procurar formas de colaborar no trabalho da administração, no crescimento cultural dos cidadãos e na construção da historiografia. Embora com menos publicidade, Belloto concorda com essa ideia ao apresentar o *Catálogo de publicações do Arquivo do Estado*, em 1984, onde afirma:

Um Arquivo Público respira por suas publicações. São elas os canais comunicantes

com o exterior, tanto no sentido de carrear à comunidade, à administração e ao meio acadêmico as informações do conteúdo de seu acervo documental, de suas atividades e de seus programas, como no sentido de, por meio delas, atrair novos usuários e fazer compreender à sociedade o que é e o que nela representa a instituição Arquivo (Arquivo do Estado, 1984).

O texto é datado em período anterior ao incremento das ferramentas de internet, e certamente novos canais de comunicação mais eficientes vêm sendo criados, novas formas de edição com o uso da tecnologia digital tem tomado fôlego, e caminhamos inevitavelmente para soluções que vão nesse sentido. No entanto, trata-se ainda de uma ação editorial: seja revista impressa ou eletrônica; seja livro impresso ou *e-book*; seja um catálogo impresso ou uma página temática com um banco de dados *on-line* contextualizado, esses produtos ainda cumprem um papel de difusão em arquivos, tornando-os conhecidos, úteis aos pesquisadores e aos cidadãos, mostrando a potencialidade de construção de conhecimento que os arquivos detêm.

#### DIFUSÃO E EDUCAÇÃO

**A**o lado da atividade de publicação, destacamos a importância dos projetos desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Ação Educativa do Arquivo Público do Estado, competindo a ele o atendimento ao público escolar e ao público em geral.<sup>5</sup> Por meio de atividades de caráter pedagógico e cultural, temos conse-

guido difundir a importância da instituição na preservação de parte de nossa história e divulgar as potencialidades do acervo, transformando o Arquivo em uma ferramenta a serviço e à disposição da sociedade.

Nesse sentido, concebemos os arquivos como fonte privilegiada de conhecimento para o ensino, em particular o de história. A partir de fotografias, mapas, jornais, revistas, documentos manuscritos, entre outros, é possível ensinar história, ou construí-la, de maneira que o documento não represente uma mera ilustração, mas, sim, que ele suscite várias perguntas, e que respostas sejam construídas por meio de sua problematização. Além disso, os laços entre arquivo e ensino se estreitam na medida em que o trabalho educativo oferece ao público escolar ações voltadas à conscientização sobre a importância de se preservar a memória.

### **Aproximando-se dos pressupostos da prática educativa**

Para pensarmos os documentos de arquivos públicos como ferramentas pedagógicas para a construção desse conhecimento, partimos da reflexão conceitual de “fonte documental”.

Nas primeiras décadas do século XX, o surgimento da Escola dos *Annales*, na França, impulsionou novas abordagens para o campo da história. As várias gerações de estudiosos que fizeram parte da chamada História Nova<sup>6</sup> possibilitaram a abertura para áreas inexploradas do comportamento humano e a atenção para os grupos marginalizados

pela história tradicional. Assim, ganhou espaço o estudo de uma vertente sociocultural, bem como o diálogo com outras ciências (Burke, 1997, p. 126), encaminhando-se também a discussão a respeito da fonte documental. Na concepção tradicional e factual da história, o documento que era tido como prova e verdade irrefutável passa a ser analisado pelo viés da crítica numa concepção da *história-problema*.

No Brasil, na década de 1980, essa tendência historiográfica influenciou as discussões acerca do currículo de história do 1º e 2º graus no que se referia ao conteúdo e à metodologia.<sup>7</sup> Esses debates foram realizados em todos os estados brasileiros (Ribeiro, 2004, p. 85). No caso de São Paulo, entre 1984 e 1989, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) reuniu representantes de várias Diretorias de Ensino do estado, professores e a equipe técnica da área<sup>8</sup> para discutir o currículo pautando-se na revisão de questões de ensino/aprendizagem, produção do conhecimento e concepção de história. Optou-se por uma proposta pedagógica que contemplasse o diálogo entre as competências e as funções do ensino básico e superior, “acreditando na possibilidade da coexistência e mesmo identidade do ensino/pesquisa, ou seja, da produção do conhecimento em todos os níveis de escolaridade, associada a uma postura indagativa diante do conhecimento já produzido” (São Paulo, 1989, p. 2). Já se apontava para a construção do conhecimento histórico por meio de fontes documentais, que evidentemente haveriam de ser interrogadas e problematizadas para realmente

condizerem com a revisão das concepções pontuadas (São Paulo, 1989, p. 12).

Porém, a proposta não foi implementada na rede de ensino estadual devido à existência de vários conflitos ideológicos e políticos contrários a essa forma de conceber o ensino de história.

No âmbito das políticas federais, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, fundamentada pelos princípios de uma sociedade democrática, estabelecidos pela Constituição de 1988,<sup>9</sup> visava oferecer para a educação básica um ensino voltado para a formação da cidadania. Assim, esperava-se que o aluno, dentro de sua vida escolar, pudesse desenvolver a “capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (Brasil, 1996, art. 3) e ainda o “desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina” (Brasil, 1996, art. 35).

A fim de consolidar uma política de proposta educacional, foram também produzidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados em 1997. No campo da história para o ensino fundamental, ele se propõe a “valorizar o intercâmbio de ideias, sugerindo a análise e interpretação de diferentes fontes e linguagens – imagem, texto, objeto, música etc. –, a comparação

entre informações e o debate acerca de explicações diferentes para um mesmo acontecimento” (Brasil, 1998, p. 60-61).

Concebendo os arquivos como campo indiscutível para a prática de um currículo escolar que tem como alguns de seus objetivos o uso de diferentes linguagens e a problematização das fontes históricas, é fundamental compreender que

O desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo; são igualmente importantes: o reconhecimento do verdadeiro valor dos arquivos como fontes educativas e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas (Bellotto, 2007, p. 230-231).

Dessa forma, o trabalho realizado pelo Núcleo de Ação Educativa do Arquivo Público do Estado de São Paulo é norteado por essas discussões acerca da história como disciplina, das fontes documentais, do ensino e da aprendizagem, das questões que envolvem os arquivos e a sua relação com a sociedade. É importante ainda, no entanto, situarmos nossa posição no contexto da construção do conceito de ação educativa. Para tanto, buscamos dialogar com as reflexões empreendidas por Denise Grinspum em seus estudos sobre o Museu Lasar Segall.<sup>10</sup>

O diálogo com as instituições museológicas é necessário, uma vez que tal discussão ainda é incipiente quando tratamos de instituições arquivísticas. Vale ressaltar que compreendemos as especificidades meto-

dológicas empregadas quando se trabalha pedagogicamente os acervos de museus e de arquivos. No primeiro, tratamos da problematização do objeto; no segundo, da problematização de conjuntos documentais.<sup>11</sup>

Segundo a autora, a origem do termo utilizado para denominar as atividades desenvolvidas para o público visitante de museus data do início do século XX. Com a implantação das Visitas Guiadas no Museu Britânico de Londres, surge o termo *serviço educativo*, responsável por aproximar o público em geral do universo do museu. No entanto, essa aproximação se dava de forma passiva, pois o monitor utilizava-se das “peças do acervo como ferramentas para ilustrar os seus conhecimentos, através da linguagem discursiva, não possibilitando a participação do grupo que acompanha seus roteiros” (Grinspum, 1991, p. 61).

Diferentemente do conceito de serviço educativo, a dimensão do termo ação educativo-cultural, apresentada nos estudos de Grinspum, aponta para uma concepção de interatividade entre as partes envolvidas nos programas de educação patrimonial, ou seja, entre o público e o educador. Dessa forma, deixa-se de lado a tal da “prática bancária de educação”,<sup>12</sup> que concebe o aluno como simples depositário de informação e de valores, anulando qualquer tipo de contribuição a partir de suas experiências e vivências.

### **A ação educativa no APESP: história e projetos**

Em 1997, o Arquivo elaborou seu primeiro projeto de atividades voltadas para a

sociedade com vistas a aproximar o público escolar do patrimônio documental, denominando-o de Ação Educativa e Cultural no Arquivo do Estado de São Paulo. No teor do projeto, especialmente no item Metodologia, fica visível a preocupação de se iniciar um trabalho de monitoria que valorize a participação do visitante, possibilitando a interação entre monitor e participante (Arquivo do Estado, 1997).

Dessa forma, podemos perceber indícios e refletir sobre a perspectiva de que esse debate empreendido pelas instituições museológicas também influenciou o universo arquivístico.

Antes mesmo de 1997, podemos encontrar, na documentação relativa ao Arquivo, registros de atividades que visavam à aproximação do público com a instituição. Essas atividades foram elaboradas a partir da valorização do acervo, transformando-o em produtos atrativos para aqueles que não conheciam suas potencialidades culturais. Essas atividades eram desenvolvidas, porém não havia formalmente um setor responsável por tais ações.

Entre os anos de 1997 e 2005, foram inúmeros os projetos realizados. Nesse período, foram organizadas oficinas pedagógicas voltadas para professores de história da educação básica e estágios para alunos de graduação da mesma área. Ambas as ações visavam aproximar o Arquivo da escola.

No que diz respeito às oficinas pedagógicas, podemos citar o Programa de Educação Continuada ocorrido em 1998, direcionado aos professores de três regiões periféricas

da cidade de São Paulo. Esse programa consistia na oferta de oficinas sobre o uso de fontes iconográficas e documentos oficiais na construção do conhecimento histórico em sala de aula.<sup>13</sup> Essa oficina conseguiu alcançar aproximadamente duzentas pessoas, entre professores e alunos.

Além das oficinas pedagógicas, outros dois projetos direcionados ao público escolar podem ser destacados: aulas no Arquivo e exposições itinerantes nas instituições de ensino. No primeiro caso, os professores usavam o espaço do Arquivo como sala de aula e os documentos do acervo como material didático. No segundo, as exposições itinerantes sobre diversas temáticas contidas na documentação do acervo foram montadas em várias instituições de ensino de São Paulo.

Já no ano de 2002, podemos destacar a parceria realizada entre o Arquivo e a Secretaria de Educação, que viabilizou a realização de oficinas metodológicas para professores da rede pública de ensino sobre o uso de fontes documentais como recurso pedagógico. Essa parceria contribuiu para a ampliação da oferta de atividades desse caráter, possibilitando diferentes cursos para a qualificação de professores do estado.

No que diz respeito aos estágios oferecidos para alunos de graduação em história, quatro universidades foram parceiras do Arquivo entre os anos de 1999 e 2005: PUC, USP, UNIFIEO e UNESP. Foram oferecidas oficinas metodológicas sobre o uso de fontes de diferentes linguagens (fotografias, manuscritos e jornais) para a construção

de material pedagógico e estágios voltados para o contato dos alunos com a rotina de trabalho do Arquivo e as atribuições da instituição. Em 2005, as atividades educativas foram suspensas, resultado de uma crise pela qual o APESP passava, fato que causou a redução do seu quadro funcional.

Em 2006, buscou-se implantar formalmente um projeto de ação educativa e cultural no Arquivo por meio de legislação. No decreto n. 50.655, de 30 de março de 2006, o qual reorganiza a Secretaria da Cultura,<sup>14</sup> a Unidade do Arquivo Público passa a ter como uma de suas atribuições “elaborar programas de ação cultural e educativa no sentido de aproximar a unidade do Arquivo Público do Estado de São Paulo de instituições educacionais e culturais e da sociedade”.

No entanto, em agosto de 2007, com a transferência do Arquivo para a Casa Civil do governo, foi possível iniciar as negociações para que o Núcleo de Ação Educativa voltasse a desempenhar sua função.

Assim, em 2008, o Núcleo retomou suas atividades, inicialmente com as visitas monitoradas, a organização das oficinas técnicas (leitura paleográfica de documentos, higienização de documentos em suporte papel e oficina de introdução à conservação de fotografia) e a realização de um seminário, de âmbito nacional, sobre paleografia. No mesmo ano, demos início aos estudos para o desenvolvimento de atividades voltadas ao público escolar, como aulas temáticas e oficina pedagógica.

No ano seguinte, o Arquivo voltou a oferecer oficinas pedagógicas, como *O uso de*

*documentos de Arquivo em aulas de história*, para alunos de graduação de cinco universidades da cidade de São Paulo. O projeto *O professor e o Arquivo* foi introduzido na programação de atividades do Núcleo e, no final desse mesmo ano, foi oferecido para professores da educação básica ou superior que tinham interesse em vir à instituição para desenvolver uma aula com as fontes do acervo.

Ainda em 2009, organizamos um grande seminário sobre a *Anistia*, uma exposição em parceria com o Memorial da Resistência sobre a mesma temática, e lançamos a primeira exposição virtual denominada *30 anos da Lei de Anistia no Brasil*. Desde então, já foram produzidas mais de sete exposições virtuais. O objetivo é explorar um tema historiográfico a partir das fontes encontradas no Arquivo e, com elas, propor atividades didáticas. A cada nova exposição publicada, nota-se o aumento no interesse por esse tipo de produto. O total de acessos às exposições, desde agosto de 2009, é de aproximadamente oitenta mil.

No ano de 2010, lançamos a coleção *Ensino e Memória*, direcionada a professores e alunos da educação básica.<sup>15</sup> No final do mesmo ano, tivemos o aumento da equipe de funcionários do Núcleo, o que vem possibilitando o desenvolvimento de novos projetos ligados ao público escolar bem como a ampliação das atividades já existentes.

Outra atividade de grande relevância que vem sendo desenvolvida desde 2010 é o projeto *Conhecendo o Deops/SP: história e memória*. Essa iniciativa é uma parceria entre

o APESP e o Memorial da Resistência de São Paulo, que tem como objetivo oferecer uma experiência de aprendizagem e reflexão que contribua com a valorização dos princípios democráticos, da cidadania e do respeito aos direitos humanos junto a jovens e adultos.

No último ano, novos projetos foram propostos visando à ampliação das atividades oferecidas pelo Núcleo. Dentre eles, podem ser destacadas as atividades voltadas para o público infantil (7 a 10 anos), a reelaboração de oficinas para professores, tanto presenciais quanto à distância, as exposições físicas e a tramitação de parcerias com instituições de ensino.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cientes da importância do processo histórico vivido para a compreensão das práticas de difusão nos arquivos hoje, sobretudo no Arquivo Público do Estado de São Paulo, entendemos que o que nos define, o que embasa nossas políticas e nossos projetos, é fruto de uma experiência acumulada no que se refere ao campo da ação editorial; é também fruto de transformações historiográficas, sociais e educacionais no que se refere à ação educativa; é fruto ainda de uma mudança no olhar sobre a instituição arquivo e seu papel frente ao Estado e à sociedade.

Se os primeiros arquivos foram criados para a sustentação do Estado, assim o foram atrelados a uma concepção autoritária da sua relação com a sociedade, na qual o patrimônio cultural servia para justificar a ordem vigente e construir a permanência.

A busca incessante por uma ordem democrática transformou não só as políticas culturais, mas também a noção de cultura, de patrimônio e, enfim, as funções das instituições do Estado. Assim, entendemos que a função principal dos arquivos não é servir à administração – como no século XIX –, mas à sociedade. Ele deve sim auxiliar a administração, auxiliar o Estado a garantir os direitos de cidadania. Proteger a memória pública é dever do Estado; conhecê-la, um direito do cidadão.

Se é a partir de políticas de difusão que um arquivo faz chegar ao cidadão sua riqueza documental; se é por meio da difusão, e das ações educativas promovidas, que o cidadão interage com o patrimônio documental de um arquivo; se é a difusão o elo do arquivo com a sociedade, entendemos que deve haver uma política institucional comprometida com as ações que envolvem essa faceta da instituição arquivística, removendo-a, tanto na prática quanto na teoria, do rol de ações secundárias.

## N O T A S

1. O Departamento de Preservação e Difusão de Acervo tem como parte de suas atribuições assegurar o acesso público dos documentos e a difusão do acervo permanente sob sua guarda. Decreto n. 54.276, de 27 de abril de 2009.
2. A regulamentação de procedimentos de conservação é bastante recente. Os princípios da conservação preventiva foram sendo consolidados nas cartas de Atenas (1931), de Veneza (1964) e da Itália (1987). (Caldeira, 2005/2006).
3. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Arquivo Público do Estado do Mato Grosso, Arquivo Público do Estado de Minas Gerais, Arquivo Público do Estado do Paraná, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, os dois arquivos estaduais do Rio Grande do Sul, o Arquivo Público do Distrito Federal, além do Arquivo Nacional.
4. Em 1997, a parceria com a IMESP foi reforçada, o que possibilitou a publicação de 57 produtos, com uma tiragem total de cerca de 120 mil exemplares e dez números da revista *Histórica*, com cinquenta mil revistas. A participação do Arquivo em oito feiras de livros também foi fruto dessa parceria.
5. Entendemos por público em geral aquele que não se utiliza dos serviços do Arquivo ou mesmo aquele que não tem conhecimento e familiaridade com a instituição.
6. Segundo Peter Burke (1997), a expressão “História Nova” ganhou destaque mundial na historiografia nas décadas de 1970 e 1980. Nesse momento, historiadores de países da América Latina, Índia, entre outros, fortaleceram o movimento contra a história tradicional.
7. Por meio do art. 21 da lei 9.394/96, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, a composição dos níveis escolares da educação básica foi dividida em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
8. A equipe técnica de história era composta por professores ligados à área de pesquisa e ensino de história, com vasta experiência docente na rede de ensino.
9. Nesse caso, nos amparamos no art. 206 da Constituição Federal de 1988.
10. A reflexão sobre os termos serviço educativo e ação educativo-cultural pode ser encontrada na dissertação de mestrado de Denise Grinspum intitulada *Discussão para uma proposta de política educacional da Divisão de Ação Educativo-Cultural do Museu Lasar Segall*, defendida na USP em 1991.
11. No caso de Museus, em grande parte, é aplicada a metodologia de educação patrimonial. Essa metodologia tem como objetivo oferecer a diferentes públicos a produção de novos saberes por meio da valorização e apropriação do bem cultural.
12. Essa expressão ficou conhecida por meio dos estudos de Paulo Freire.

13. Nesse mesmo ano iniciaram-se as primeiras tratativas entre a equipe do Arquivo e professores da Universidade de São Paulo com o objetivo de firmar uma parceria entre as instituições. O projeto elaborado por meio de recursos da FAPESP foi aprovado em março de 1999, o que viabilizou a recuperação de parte do acervo iconográfico, possibilitando a produção de material de apoio pedagógico para professores de história.
14. Entre os anos de 1968 e 2007, o Arquivo Público do Estado foi subordinado à atual Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Em julho de 2007, por meio do decreto n. 51.991, passou a ser subordinado à Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo.
15. Projetos como o da coleção de livros Ensino e Memória e o da exposição virtual demonstram claramente a integração entre as ações pedagógicas e editoriais do Arquivo Público do Estado.

## Referências Bibliográficas

ABREU E SILVA, Florêncio C. Apresentação. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 1, jan. 1921.

AMARAL, Antônio Barreto do. *O Departamento do Arquivo do Estado e a sua história*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1974.

ANAIS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Belém: SECULT/PA, tomo 1, v. 4, p. 1-290, 2001.

ANAIS DO ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, ano I, v. 1, 1917.

ARQUIVO DO ESTADO. *Relatório anual do Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1951. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Catálogo das publicações do Arquivo do Estado*. Prefácio. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1984.

\_\_\_\_\_. *Projeto de implantação da Ação Educativa e Cultural no Arquivo do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1997. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Ação Educativa e Cultural no Arquivo do Estado de São Paulo*. São Paulo, 30 out. 1998. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Minuta de termo de convênio entre Arquivo do Estado de São Paulo e Universidade de São Paulo – USP*. São Paulo, 1998. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Setor de Ação Educativa: projeto para realização de oficina temática*. São Paulo, 1999. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Ata de reunião sobre os encaminhamentos do projeto integrado: Núcleo de Ação Educativa: a utilização da documentação histórica no ensino de história*. São Paulo, 28 fev. 2000. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Material produzido pelos alunos do curso de história da UNESP/Assis*. Estágio: “Preservação do patrimônio histórico documental”. São Paulo, 2001. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Relatório de reunião sobre parceria entre Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Arquivo*. Estágio supervisionado para alunos do curso de prática de ensino. São Paulo, 8 fev. 2001. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Apresentação do Setor de Ação Educativa: síntese de suas principais atividades*. São Paulo, 2002. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Planejamento das atividades do Setor de Ação Educativa*. São Paulo, 2002. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades do Setor de Ação Educativa*. São Paulo, 27 maio 2002. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Programação de "Estágio à Pesquisa em Arquivos"*. Estágio oferecido aos alunos da UNIFIEO. São Paulo, 2003. Acervo APESP.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (São Paulo). *Oficina pedagógica para alunos de graduação em história: documentos de arquivo e o seu uso como recurso didático em sala de aula*. São Paulo, set. 2009. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Oficina pedagógica para alunos de graduação em história: documentos de arquivo e o seu uso como recurso didático em sala de aula*. São Paulo, 2010. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Planejamento do Núcleo de Ação Educativa 2009*. São Paulo, 2009. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Planejamento do Núcleo de Ação Educativa 2010*. São Paulo, 2010. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Planejamento do Núcleo de Ação Educativa 2011*. São Paulo, 2011. Acervo APESP.

\_\_\_\_\_. *Planejamento do Núcleo de Ação Educativa 2012*. São Paulo, 2012. Acervo APESP.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

BEZERRA, Alcides. *O Arquivo Nacional: breve notícia histórica (1838-1938)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1938.

BOLETIM DO ARQUIVO. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, v. 1, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 1998.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CALDEIRA, Cleide Cristina. Conservação preventiva: histórico. *Revista CPC*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-102, nov. 2005/abr. 2006.

CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

- COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000.
- EMERENCIANO, Jordão. Apresentação. *Revista do Arquivo Público*, Recife, 1º semestre 1946.
- GRINSPUM, Denise. *Discussão para uma proposta de política educacional da Divisão de Ação Educativo-Cultural do Museu Lasar Segall*. 1991. Dissertação (Mestrado), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GRUNBERG, Evelina. Educação patrimonial: "utilização dos bens culturais como recursos educacionais". *Museologia Social*, Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 2000. Disponível em: <[http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4\\_tutores/estudos\\_sociais/materiais/educacao\\_patrimonial.pdf](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4_tutores/estudos_sociais/materiais/educacao_patrimonial.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- LAPA, José Roberto Amaral. *Carta remetida a Carlos Guilherme Mota*. Campinas, 17 fev. 1993. Acervo APESP.
- MENSAGEM AO LEITOR introduzindo a reedição da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. 1 (1. ed. em 1895), 1913.
- PEREIRA, Lauro Ávila. *Edições do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo, 9 jan. 2009. Entrevista concedida a Haike Roselane Kleber da Silva.
- REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARQUIVO DO ESTADO (São Paulo). *Inventários e testamentos*, v. 1. São Paulo: Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo; Tipografia Piratininga, 1920. Acervo APESP.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Repartição de Estatística e Arquivo*. São Paulo, 1894. Acervo APESP.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, tomo 1, v. 1, 2. ed., 1856.
- RIBEIRO, Renilson Rosa. O saber (histórico) em parâmetros: o ensino da história e as reformas curriculares das últimas décadas do século XX. *Mneme: Revista de Humanidades*, Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 5, n. 10, p. 85, abr./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme10/saber.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2010.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta curricular para o ensino de história – 1º grau*. São Paulo, 1989.
- SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Arquivo como editora: análise de uma trajetória e a construção de um conceito*. São Paulo, 2009.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Educação – Curso de Prática de Ensino I. *Relatório de atividades sobre o Núcleo de Ação Educativa: a utilização da documentação histórica no ensino de história*. São Paulo, 29 jun. 1999. Acervo APESP.
- VEIGA, J. P. Xavier da. Palavras preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano 1, jan./jun. 1896.

# R E S U M O

Este ensaio pretende analisar algumas políticas de difusão empreendidas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo por meio de duas atividades que estão conceitual e estruturalmente ligadas à difusão em arquivos: a ação editorial e a ação educativa. Apresentaremos as produções editoriais e os projetos educativos desenvolvidos pela instituição e refletiremos sobre os pressupostos que embasam o trabalho.

*Palavras-chave: arquivos; difusão; publicações; ação educativa.*

# A B S T R A C T

This essay intends to analyze some dissemination policies undertaken by the Public Archives of the State of São Paulo through two activities that are conceptually and structurally linked to diffusion work in archives – publishing and education activities. We will present editorial productions and educational projects developed by the institution as well as reflect on the assumptions that underlie the work.

*Keywords: archives; diffusion; editions; education activities.*

# R E S U M É N

Este ensayo pretende analizar algunas políticas de difusión llevadas a cabo por el Archivo Público del Estado de São Paulo a través de dos actividades que están relacionadas, conceptual y estructuralmente, con la difusión en los archivos: la acción editorial y la acción educativa. Vamos a presentar las producciones editoriales y los proyectos educativos desarrollados por la institución y reflexionar acerca de los presupuestos que subyacen en el trabajo.

*Palabras clave: archivo; difusión; publicaciones; acción educativa.*

---

Recebido em 30/7/2012  
Aprovado em 6/9/2012